

NOTÍCIAS AFRICANAS 57

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 25-4 A 1-5 DE 1994

ÁFRICA DO SUL

O Presidente

Ele é o mais famoso e antigo prisioneiro político do mundo, assim assinalava o livro *Guinness de Records* em 1990. Encarcerado desde 1962, Mandela provocou grande comoção mundial quando, em 1988, completou na prisão o seu 70º aniversário. Durante todo esse tempo, seu nome, sua foto ou qualquer escrito seu eram terminantemente proibidos de serem citados no país.

Apesar disso, jovens que haviam nascido bem depois de sua prisão reverenciavam seu nome. Ele era o seu herói, o símbolo da pátria. Havia se tornado também o símbolo mundial da revolta contra a opressão. Seu antigo carcereiro considerava-o um sábio, pois dizia ser ele um homem simples, que dedicava o mesmo respeito a um mendigo como a um príncipe. O arcebispo Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz, afirmou que quando leu o depoimento de Mandela no tribunal "senti ainda mais orgulho de ser negro".

Nelson Rolihlahla Mandela nasceu em 18 de julho de 1918, em Qunu, perto de Umtata, capital do Transkei. O nome xhosa Rolihlahla significa "o que suscita problemas". Filho de um notável tembu, ficou órfão de pai aos 12 anos, sendo então entregue ao chefe dos tembu, seu parente, que o iniciou na educação tradicional. Depois de cursar uma escola metodista, entra em 1938 na então famosa universidade para negros Fort Hare, para cursar direito. É expulso no 3º ano junto com seu amigo Oliver Tambo (mais tarde presidente do ANC), por ter liderado um boicote.

Foi para Johannesburg em 1941 e, três anos depois, aderiu ao ANC, no qual fundou, com outros companheiros, a Liga da Juventude, tornando-se seu secretário geral. A partir de 1949, Mandela e seus companheiros persuadem a direção do ANC a adotar um programa mais combativo, usando greves, boicotes e desobediência civil contra a nova legislação repressiva que acabara de ser decretada com a subida ao poder, em 1948, do Partido Nacional. Num dessas campanhas, em 1952, Mandela é preso pela primeira vez. Solto sob sursis, tornou-se nesse mesmo ano o responsável pelo ANC na província do Transvaal.

No entanto, no fim de 1952, o governo decretou seu banimento, confinando-o em Johannesburg. Obriga-o também a renunciar ao ANC, que nessa época ainda era legal. Mandela termina, então, seus estudos de direito e começa a atuar como advogado de presos políticos junto com Oliver Tambo. Separou-se de sua primeira mulher, Evelyn, que junto com os três filhos do casal vai para Durban concluir seus estudos. Mandela voltaria a casar em 1958, com Winnie, de quem se separa em 1991.

Em 1955, o ANC encabeça com Mandela um movimento de unidade anti-apartheid, realizando, em 25 de junho desse ano, o Congresso do Povo, no qual é aprovada a Carta da Liberdade, documento que guiará

toda a luta contra o racismo pelas décadas seguintes.

Em dezembro de 1956, Mandela e mais 155 militantes são acusados de alta traição pelo governo. Foi um processo-maratona, que só terminou em 1961, com a absolvição de todos. O país, entretanto, entrara em estado de emergência, após o massacre de Sharpeville em janeiro de 1960. O ANC é posto na ilegalidade e Mandela entra na clandestinidade. Faz então uma viagem ao exterior, visitando vários países africanos e a Inglaterra, explicando que a derrubada do apartheid só poderia ser feita através da luta armada.

De volta a seu país, Mandela é preso em agosto de 1962 e condenado a cinco anos de prisão. Ele estava cumprindo pena quando a polícia prendeu parte da cúpula do ANC numa fazenda perto de Rivonia. Descubrem aí documentos que incriminam também Mandela por ele ter fundado, em junho de 1961, o braço armado do ANC, o Um Khonto we Sizwe (A Lança da Nação), também conhecido como MK.

Aos 46 anos, em 11 de junho de 1964, Nelson Mandela é condenado à prisão perpétua na ilha de Robben, na costa da Cidade do Cabo. O *New York Times* anunciou: "Para a maior parte do mundo, os acusados da Rivonia são heróis e combatentes da liberdade, os George Washington e Ben Franklin da África do Sul."

A pressão internacional e questões de saúde fazem com que, em 1982, Mandela seja transferido para uma prisão no Cabo, passando depois para uma clínica em 1988, quando tem um princípio de tuberculose. A partir de então começam os cantatos dele com o governo de De Klerk, que o recebe mais tarde na residência presidencial junto com seus ministros.

Em 11 de fevereiro de 1990, milhões de telespectadores testemunham a saída de Nelson Mandela da prisão. É o começo de uma revolução negociada, de uma nova era na África do Sul.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

OS MINISTROS DO ANC

Finanças	Serek Keys
Relações Exteriores	Altred Nzo
Comércio e Indústria	Trevor Manuel
Defesa	Joe Modise
Habituação e Bem-Estar Social	Joe Slovo
Justiça	Dullah Omar
Trabalho	Tito Mboweni
Ministro sem pasta	Jay Nadoo
Polícia	Sydney Mufamadi
Educação, Artes e Cultura	Sibusiso Bhengu
Saúde	Nkosazana Dlamini Zuma
Transportes	Nac Maharai
Assuntos Provinciais	Kader Asmal
Empresas Públicas	Stella Sigcawu
Serviços Públicos	Zola Skweyiya
Obras Públicas	Jeff Radebe
Serviços Penais	Ahmed Kathrada

NESTA EDIÇÃO

- Entre a esperança e a tormenta 2
- Campanha contra Savimbi 3
- "Choca-me que indianos e mestiços preferiam o Partido Nacional 4
- A febre de votar 5
- Esquecer as rivalidades 6
- O fim-de-semana de todas as tensões 7
- Um acto fundador 7-8
- Mercados reagem positivamente 8
- A paixão pela democracia 9-10
- O cavaleiro negro 11
- "Branco são vitais para o futuro do país 12
- A grande oportunidade da África do Sul 13
- África, mortos, cadáveres e armas 13
- A contagem do milagre 14
- A projecção atlântica da Europa 14

Sul-africanos ocorrem em massa às assembleias eleitorais

Entre a esperança e a tormenta

*Do nosso enviado
Jorge Heitor,
na Cidade do Cabo*

Está a nascer uma nova nação. Milhões de pessoas que toda a vida sofreram e foram discriminadas estão a votar na África do Sul, num clima de euforia, mas também de apreensão, sem saber se estão a dobrar o Cabo da Esperança ou o das Tormentas. Enquanto Mandela procurava tranquilizar a minoria branca, o líder do Inkatha ameaçava retirar-se do processo eleitoral.

PÚBLICO, 28 4 94

Prudence Phete é uma mulher de 39 anos, natural de Kimberley, no Cabo Setentrional, e trabalha como empregada de quartos, num hotel a 700 quilómetros de distância, de modo a poder sustentar os seus dois filhos, um rapaz e uma rapariga. Ontem, levantou-se extraordinariamente cedo, no seu bairro de Clifton, a ocidente da Cidade do Cabo, e às 6h30 da manhã já estava na bicha de uma assembleia de voto, junto ao local onde trabalha. Para ela, como para milhões de outros cidadãos da África do Sul, era o dia da grande esperança.

"Estou muito nervosa e excitada, por já poder votar", disse-nos aquela mulher de origem tswana, que tem uma irmã a viver no Bophuthatswana e que faz grande gala em afirmar que tem um namorado branco, empregado num armazém. Há sete ou oito anos, não lhe teria sido fácil andar com um branco, mas agora isso vai-se tornando possível e Prudence anda feliz, enquanto outros tormentos não vierem ensombrar os seus dias.

"Espero que a vida daqui para a frente seja melhor, especialmente aqui na zona da Cidade do Cabo, pois isto é muito mais calmo do que noutras zonas do país, como Joanesburgo, onde ainda há boca-do-rebentou mais uma bomba, no aeroporto", acrescentou a empregada de quartos, que se exprime bem em inglês, afrikaans e outras línguas.

Muitos dos negros das zonas urbanas da África do Sul são políglotas, capazes de falar ou de entender inglês, afrikaans, zulu ou xhosa. Mas muitos brancos consideram-nos incivilizados e dizem que vão deitar abaixo este país, lançar no caos aquilo que era até agora uma obra magnífica de que todos se poderiam orgulhar.

"O Partido Nacional e o ANC vão estar muito a par nesta província, onde a maioria dos mestiços vai votar em De Klerk", considerou ainda Prudence, para quem ontem foi um dia de festa, como para tantos outros dos seus compatriotas, mesmo aqueles que estiveram três e quatro horas numa fila, antes de chegar a sua vez de entrar na assembleia de voto e de apresentar o documento de identidade.

Meia hora foi o tempo que esteve à espera o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, prémio Nobel da Paz, mas depois exultou de alegria e deu muitos saltos, rodeado de jornalistas: "É fantástico, incrível."

Na véspera à noite, tínhamo-lo visto muito mais tranquilo, a jantar com a mulher, à luz de velas, num restaurante rotativo no trigésimo andar de um hotel dos subúrbios. Um homem para todas as situações, com a compostura dos cavalheiros britânicos ou com a exuberância própria da maior parte dos filhos de África.

Quem também votou durante a manhã de ontem foram as três figuras mais conhecidas da política sul-africana: o presidente De Klerk e os líderes do ANC, Nelson Mandela, e do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi. Davam assim o exemplo à grande maioria da população de que se devia mesmo ir às urnas, apesar de todas as bombas que têm rebentado em Joanesburgo, Germiston, Pretória e outras localidades.

Frederik e Marika de Klerk estavam ambos de flor ao peito, como em dia de casamento ou de outra grande solenidade, tendo ele dito: "Este é um grande dia para a África do Sul. O dia que vos prometera e pelo qual tenho vindo a trabalhar desde há quase cinco anos. É o início de uma nova era." Depois, fez uma visita simbólica ao Soweto, a cidade negra cuja revolta, em 1976, começou

a mudar a África do Sul.

Antes das sete e meia da manhã já tinha votado Buthelezi, que se queixou do facto de, em alguns pontos do país, não terem aparecido nos boletins de voto os autocolantes com o nome e os símbolos do Inkatha, referindo ainda que recebeu do estrangeiro chamadas telefónicas a comunicarem a mesma anomalia. E, a meio da tarde, anunciava já que não excluía a possibilidade de o seu partido se retirar do processo eleitoral. Logo a seguir, o presidente da Comissão Eleitoral Independente garantia que a anomalia seria corrigida e que mais cinco milhões de boletins de voto suplementares seriam hoje distribuídos.

Quem votou ainda mais cedo, e igualmente na província do Kwazulu-Natal, foi o velho Nelson Mandela, o homem que está prestes a assumir a Presidência da nova África do Sul. "Deixámos uma era de 'apartheid', de pessimismo, tumulto e conflito", disse, depois de ter lançado o seu voto na urna. Mas também dirigiu uma mensagem aos brancos: "Estou preocupado com as minorias no país, especialmente com a minoria branca. [...] Não lutei duramente apenas contra a dominação branca, lutei também duramente contra uma dominação negra."

Diversas foram as palavras da sua ex-mulher, Winnie Mandela, que votou na "township" de Katlehong, nos arredores de Joanesburgo, onde já morreram alguns milhares de pessoas, em confrontos entre adeptos do ANC e do Inkatha: "Isto é o princípio da revolução contra a fome e a miséria do meu povo."

Quem parece compartilhar o radicalismo de Winnie Mandela são muitos dos quadros do ANC, pelo que os outros partidos se queixam e dizem que o Congresso Nacional Africano irá com certeza ter atitudes ditatoriais, não sendo os tempos futuros muito mais felizes para grande parte dos sul-africanos do que o foram os tempos do passado. Sempre a dor e as lágrimas, com a palavra ríspida e o gesto brusco de uns a impor-se aos que querem ter um pouco de esperança e viver com uma certa tranquilidade.

"Eles andam a intimidar todo o povo e se me for queixar à Comissão Eleitoral Independente é o mesmo que ir queixar-me ao ANC", desabafou ontem, ao votar, a cabeça de lista do Congresso Pan-Africano (PAC) na província do Cabo Ocidental, Patricia de Lille, uma mestiça.

"Esta é a realização dos nossos sonhos. É um momento de emoção", ouvimos a um empregado mestiço de Rocklands, um bairro do município mestiço de Mitchells Plain. Emile Philander, que já foi motorista de táxi e que ainda espera acabar o seu curso de Medicina, já estava às sete da manhã pronto a cumprir todas as formalidades necessárias para o preenchimento dos seus dois votos: um para a Assembleia Nacional e o outro para a Assembleia Regional.

Quem teve sorte foi o ministro dos Negócios Estrangeiros mais antigo do mundo, Roelof "Pik" Botha ouviu os presentes cantarem-lhe parabéns na altura em que acabava de votar, pois completava naquele preciso dia 62 anos. Foi ele o homem que, há uns anos, foi repreendido em público pelo presidente Pieter Botha, "o grande crocodilo", por haver dito que ainda um dia a República da África do Sul iria ter um presidente negro.

Algum tempo depois, o Presidente teve uma congestão cerebral, ficou bastante diminuído e "Pik" Botha ajudou a colocar De Klerk no seu lugar, tendo sido um dos seus principais coadjutores na abertura verificada desde finais de 1989.

Tudo poderá ser agora muito bonito e cheio de esperança, mas também poderá correr mal, como prevêem pessoas do género do observador político Tom Barnard, para quem a vaga crescente de crimes e a incapacidade da polícia para controlar a situação vão causar muita ansiedade, assustando em especial a comunidade branca.

Barnard escreveu já um livro de ficção política com perspectivas para os próximos dez anos, com um crescente conflito entre o ANC e o PAC e muitos boers a insistirem na proclamação de uma república separada, para o que poderiam contar, inclusive, com a posse de uma arma nuclear.

"É um livro perturbante", comentou o dr. Theodor Rickenbacher, director do Instituto Suíço para o Estudo de Conflitos, com sede em Genebra.

Perturbante poderá ser também o futuro próximo da República da África do Sul, apesar de todos os sinais de esperança que ontem explodiam no horizonte, quando vimos Mandela, De Klerk, Buthelezi, Viljoen e outros irem às urnas no meio do seu povo.

Ao princípio da tarde um espesso nevoeiro envolvia a montanha da Mesa. Era a hora. Estar-se-ia a dobrar o Cabo da Boa Esperança ou o das Tormentas? ■

A reportagem do meu primeiro voto

PÚBLICO, 28.4.94

Rich Mkhondo,
em Katlehong*

É uma cidade com cicatrizes de batalhas, onde a violência já matou milhares de pessoas. Depois de ter noticiado uma década de mudança na África do Sul, um prestigiado jornalista sul-africano narrou para a Reuter a sua experiência de eleitor. A primeira vez que foi chamado a pronunciar-se sobre o destino do seu país.

Avotação em Katlehong, minha terra natal, começou com os homens a assobiar, as mulheres a ulular e uma espera de três horas e meia para pôr fim ao apartheid e entrar na democracia.

Sendo um negro sul-africano de 38 anos, nunca tive até agora voz nos assuntos do meu país. Acordei às cinco horas da

manhã no banco da frente da História. Foi como preparar-me para o baptismo como membro de uma nova congregação.

Horas depois, tenso e estmulado, enquanto inscrevia um "X" durante muito tempo negado no boletim de voto, foi como um primeiro romance impetuoso.

Terminou o que antes parecia uma viagem impossível — contra a maré avassaladora do racismo institucional imposto pelos brancos, contra a violência e através de prolongadas negociações para uma Constituição transitória.

A minha dignidade e autoestima foram finalmente restauradas. Mantenho em segredo a minha opção política. O meu voto assinalou o fim do poder branco e deu-me oportunidade de determinar como serei governado e por quem.

Durante quatro anos, dirigentes não eleitos discutiram como deveria ser a nossa nova Constituição. Agora é a minha vez de me pronunciar. O que torna esta ocasião tão interessante é que só escolhi o meu partido alguns minutos antes de inscrever a cruz.

Quando noticiava a transição da África do Sul para a de-

mocracia, tive de referir os pequenos e grandes partidos. Isso tornou difícil a selecção do partido em que votar.

Durante muitos anos, os assobios à noite nesta terra com cicatrizes de batalhas, e na vizinha Tokoza, eram o sinal para os homens se reunirem e protegerem as suas famílias contra iminentes ataques de saqueadores. Pelo contrário, as mulheres ululavam nos casamentos e noutras celebrações. Também ululavam a saudar os homens que partiam para repelir ataques de grupos políticos rivais.

Desta vez assobiar e ulular significava um apelo a que todos fossem votar contra o apartheid. E pediam paz e prosperidade para as nossas povoações.

Mais de metade das 5500 pessoas mortas em confrontos políticos nos últimos dois anos foram vítimas da violência em Katlehong, a minha terra, e na vizinha Tokoza. Os assobios e as ululações pararam a poucos quilómetros da secção de voto quando as autoridades avisaram que era proibido cantar ou gritar slogans de qualquer partido.

As sete horas da manhã, a fila tinha três quilómetros de comprimento, e mais pessoas chegavam. Três horas e meia

depois, a fila tinha o dobro do tamanho, quando ouvimos as notícias da explosão de uma bomba no aeroporto Jan Smuts. Apesar do medo, muitos na fila estavam preparados para esperar pela chegada do material de voto. Não seríamos prejudicados por uma minoria fanática na nossa busca de democracia. Os votantes falaram do medo do crime, da violência política, da falta de segurança, dos sem abrigo e dos desempregados.

Toda a gente era um eleitor pela primeira vez. Disseram que estavam excitados, que uma nova era despertava, uma era de igualdade perante a lei. Muitos passaram junto de cartazes do Congresso Nacional Africano (ANC), prometendo "emprego, emprego, emprego e uma vida melhor para todos"; outros do radical Congresso Pan-Africano (PAC), dizendo: "A terra primeira, o resto virá depois", e do Inkatha, de Buthelezi, afirmando: "Chegou a hora."

A minha esperança é que as promessas eleitorais sejam cumpridas, porque, de outro modo, nas próximas eleições, em 1999, uma outra era de mudança começará para a maioria negra agora emancipada. ■

* Reuter

Pide Óscar Cardoso participou em tempo de antena do MPLA

Campanha contra Savimbi

PÚBLICO, 28.4.94

Fernando Semedo

O ex-inspector-adjunto da PIDE Óscar Cardoso teve, há dois anos, uma intervenção televisiva não menos polémica que a da SIC de há três semanas. Foi em Luanda, num tempo de antena do MPLA.

Óscar Cardoso, o ex-inspector-adjunto da PIDE/DGS que há três semanas participou num debate televisivo sobre a polícia política do Estado

Novo, interveio num tempo de antena da campanha eleitoral do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), contra a UNITA.

A uma semana do termo da campanha eleitoral de Setembro de 1992, Óscar Cardoso teve uma intervenção que, sem fazer qualquer referência elogiosa ao MPLA, serviu sobretudo para um forte ataque à UNITA, centralizado em Jonas Savimbi.

Identificado no tempo de antena transmitido na TPA (Televisão Popular de Angola) como "inspector da PIDE", Óscar Cardoso diz que os conhece muito bem, que trabalhou com eles, que Savimbi tinha colaborado com a PIDE. "Savimbi é um torcionário", disse, apelando a que os angolanos não votassem no líder da UNITA.

No fundo, o ex-inspector adjunto repetiu ali aquilo que alguns meses antes afirmara

ao "Diabo". "Embora tenha colaborado com a UNITA e inclusive tenha salvo muitos dos seus elementos, se Savimbi vencer as eleições, Angola volta ao primitivismo e será a destruição total de tudo quanto ainda exista de pé", garantiu.

Em entrevista publicada no semanário de Vera Lagoa em 12 de Maio de 1992, Óscar Cardoso continua: "Como português, lutei contra o MPLA, contra a UNITA e contra a FNLA e os restantes, mas posso afirmar que Jonas Savimbi, que hoje se quer arrogar como grande anticolonialista, a partir de 1972-73 trabalhava e colaborava com a PIDE e com as Forças Armadas Portuguesas. Eu era a ligação entre ele e as nossas Forças Armadas".

Gravado nos estúdios da TPA, esse depoimento de Óscar Cardoso foi feito naquela que terá sido a sua terceira deslocação a Luanda durante o ano de 1992.

Aparentemente, estas des-

locações a Angola, vinte anos depois de ali ter criado e dirigido os Flechas, forças especiais de combate constituídas por forças nativas, integraram-se nas tentativas de aproximação do Governo angolano à África do Sul.

Em grande medida, esse objectivo passou por contactos estabelecidos através de gente ligada aos serviços de informações militares sul-africanos. E Óscar Cardoso terá também aproveitado para realizar alguns negócios, nomeadamente com material bélico.

Episódios coloniais

A carreira de Óscar Cardoso na PIDE foi em grande parte feita em Angola. Ali exerceu funções de 1966 a 1973. Durante esse período, teve

Continua na pág. 4

Dirigente da oposição liberal branca sul-africana em entrevista ao PÚBLICO

“Choca-me que indianos e mestiços preferiram o Partido Nacional”

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
na Cidade do Cabo

O homem que esta semana chefiava a oposição a De Klerk, quando o Parlamento sul-africano que excluía os negros se reuniu pela última vez, disse ontem ao PÚBLICO estar chocado por, aparentemente, os mestiços e indianos preferirem votar no Partido Nacional. Elogia

Mandela e De Klerk e lamenta a tragédia de Buthelezi.

Zach de Beer, um afrikaner de 65 anos que toda a sua vida tem sido um liberal e que, desde 1989, dirige o Partido Democrático, recebeu o PÚBLICO no edifício do Parlamento, na Cidade do Cabo, onde desempenhava ultimamente as funções de chefe da oposição branca, indiana e mestiça ao Governo de Frederik de Klerk, depois de esse papel ter fugido ao Partido Conservador, por deserção de alguns dos seus

deputados para a Frente da Liberdade, do general Viljoen.

De Beer, embora obviamente cansado por uma carreira política de mais de quatro décadas, no fim da qual vê outros colherem os louros da sua luta por uma sociedade mais justa e sem discriminação, confia no futuro, faz o elogio de De Klerk e Mandela e não vê razão para que muitos portugueses ou outros brancos pensem agora em deixar a África do Sul.

PÚBLICO — Houve muita confusão nestas eleições.

ZACH DE BEER — O trabalho administrativo não foi muito bem feito. Não tínhamos cadernos eleitorais, porque demorariam anos a elaborar e, assim, não sabíamos ao certo quantas pessoas iriam aparecer em cada assembleia.

P. — A participação é, aparentemente, bastante elevada.

R. — Como não há cadernos eleitorais, não se pode dar uma percentagem certa dos participantes nestas primeiras eleições multirraciais sul-africanas, mas estou em crer que os que vão às urnas são perto de 80 por cento dos que teoricamente poderiam votar.

P. — Tem já alguma ideia dos resultados prováveis?

R. — Não posso ter ideias muito precisas a esse respeito, para além de toda a gente saber que o ANC deve ser o vencedor. Creio que não chegará aos dois terços, ficando em segundo lugar o Partido Nacional, com 20 a 25 por cento.

P. — E para o Partido Democrático?

R. — Se conseguisse alcançar entre sete e dez por cento, já ficaria razoavelmente satisfeito, mas as sondagens deram-nos menos do que isso.

P. — Dizem que o seu partido é um pouco antiquado e que não conseguiu chegar aos negros.

R. — Nunca pensámos em conquistar o eleitorado negro; quando muito, que conseguiríamos três ou quatro por cento desse eleitorado, o que já era bastante. Sempre soubemos que os negros iriam na sua grande maioria votar no ANC, como movimento de libertação. O que me choca muito é que, aparentemente, a maioria dos mestiços e dos indianos prefira agora o Partido Nacional, que tanto os discriminou.

A tragédia de Buthelezi

P. — Quanto ao Inkatha?

R. — Não vai ficar muito bem colocado. Aceitou demasiado tarde participar nas eleições. A vida de Buthelezi é uma tragédia. Trata-se de uma boa pessoa, da minha geração, e conheço-o há 30 anos. Cristão e liberal, defrontou-se no fim dos anos 50 com o dilema de trabalhar ou não com o sistema. Foi contra o “apartheid” e contra os bantustões, não aceitou a independência do Kwazulu. Mas o ANC tratou-o mal e mais tarde foi o Governo que o abandonou, de modo que se tornou muito azedo e ressentido. Lamento-o muito, pois o resultado do seu ressentimento pode ser um perigo para o país. Ninguém tem nada a ganhar com isso. O perigo do radicalismo zulu é muito maior que o da extrema-direita branca.

P. — Receia que haja muita violência depois destas eleições?

R. — Não creio que haja agora grande violência política. O que continuaremos é a assistir a uma série de “vendettas” por motivos mais pessoais do que ideológicos. Mata-se um elemento de uma família, porque alguém daquela família insultou um membro da nossa, e assim por diante. Mas espero que abrande o nível geral da violência no Kwazulu-Natal, tal como não acredito que se vá prolongar agora a violência da extrema-direita. Já se malogrou o seu objectivo de impedir as eleições ou afastar o eleitorado das urnas.

P. — O Partido Democrático vai para o Governo de unidade nacional, se conseguir alcançar pelo menos cinco por cento dos votos?

R. — Depende da liberdade que tivermos para criticar as decisões do Governo. Se enveredarem pela doutrina da responsabilidade conjunta do gabinete, não aceitamos. Quanto às assembleias regionais, a posição vai depender dos resultados, mas parece que aqui, no Cabo Ocidental, teremos a balança do poder entre o ANC e o Partido Nacional. Tudo depende do lado para que nos inclinarmos. Mas em caso algum iremos formar aliança permanente com ninguém. Uma vez estaremos com uns e outras vezes com outros, conforme as circunstâncias. Não haverá fusão do Partido Democrático com nenhuma outra força.

P. — O seu partido está mais próximo do ANC ou do Partido Nacional?

R. — Depende das circunstâncias. No campo económico, estamos mais próximo dos “nacionais”, por exemplo, e na política dos direitos humanos mais próximo do ANC.

Continuação da pág. 3

Campanha contra Savimbi

funções em Luanda, Lu-so (actual Luena), Cabinda, Silva Porto (Bié), Carmona (Uije) e Serpa Pinto (actual Menongue). Os seus feitos justificaram a atribuição de vários louvores do regime colonial, incluindo, em 1968, o Prémio Governador-Geral de Angola.

De entre os diversos episódios que lhe são atribuídos durante esse período, avulta um que é recordado por um oficial miliciano que ali esteve. Na Zona Militar Leste, teatro de operações de Angola na guerra colonial, a autoria da expressão “saneamento básico” era atribuída a Oscar Cardoso. Uma expressão que significava o desaparecimento de prisioneiros.

Desse período se conta que o então inspector “sabia” seleccionar, com um só olhar, quem seria um prisioneiro “lucrativo” depois de tratado na PIDE e quem não passava de “desperdício”. Quando se perguntava à PIDE o que era feito de algumas pessoas que lhes tinham sido entregues só havia uma resposta: “Foram transferidos”. Ou: “Foram mandados embora”. Uma vez, um médico militar andou em campanha de vacinação por várias aldeias na zona de Moxico. O médico era um apaixonado por folclore africano, pelos inigualáveis corais negros, e fazia algumas recolhas com

um gravador portátil.

Apareceu-lhe um comandante dos Flechas, branco, a exigir-lhe as gravações, alegando: “Os gajos aproveitavam as cantigas para passar mensagens subversivas às populações nativas”. O médico, com a ajuda do soba da aldeia, lá explicou que a gravação acabada de fazer não passava de uma versão da missa leiga, no dialecto kioco. Comentou depois o médico: “Aquele tipo, de olhar frio, não metia respeito. Metia medo”. Era o mesmo homem que falava em “saneamento básico”, explica o oficial miliciano.

Pensões de reforma

A atracção africana de Oscar Cardoso manteve-se depois do 25 de Abril. Quando foi libertado, em Abril de 1976, seguiu para a Rodésia, onde fez parte de um grupo de instrutores da Renamo. Nova deslocação quando o Zimbabwe se tornou independente. Agora foi para a África do Sul. Trabalhou para os Serviços de Inteligência Militar, nomeadamente nos programas de apoio à UNITA. Foi-lhe conferida a patente de tenente-coronel do Exército sul-africano; por isso recebe agora uma pensão de reforma.

Em Março de 1991, foi um dos dois ex-responsáveis da PIDE a quem o Supremo Tribunal Militar decidiu atribuir uma pensão vitalícia por “serviços excepcionais e relevantes”.

Continua na pág. 5

A febre de votar

PÚBLICO, 29.4.94

Do nome amado Jorge Heitor, na Cidade do Cabo

As eleições sul-africanas foram prolongadas até hoje à noite, para que todos possam votar. Nem o caos organizativo nem as ameaças de bombas impressionaram os sul-africanos, que percorreram longos quilómetros ou esperaram nas bichas horas a fio para participarem na grande mudança democrática para uma sociedade multirracial. São dias simbólicos, que fecham mais de três séculos de domínio branco. Negros e brancos partilharam as mesmas assembleias eleitorais e com o mesmo peso: um homem, um voto. Nos arredores de Joanesburgo, partidários do ANC e do Inkatha puderam cruzar-se sem medo. Ninguém espera que o futuro seja fácil, mas estes quatro dias

O Presidente Frederik Klerk anunciou ontem ao princípio da noite o prolongamento das eleições, até às 19 horas de hoje, nas assembleias eleitorais de seis dos hanfustões que, de ora em diante, deixam de exis-

tir como unidades administrativas: Venda, Gazanzulu e Lebowa, no Transvaal Setentrional; Kwazulu, no Natal; Transkei e Ciskei, no Cabo Oriental.

Uma recomendação nesse sentido fora feita pela Comissão Eleitoral Independente, tendo em conta que nos três dias normais previstos para as

eleições gerais sul-africanas se verificaram uma série de irregularidades naquelas zonas, como a abertura tardia das assembleias, falta de urnas, falta de boletins ou escassez de tinta para marcar as mãos dos eleitores, de modo a que não possam votar mais do que uma vez. Milhões de boletins tiveram de ser impressos e transportados à última hora, em helicópteros, sobretudo para o Kwazulu e para os "townships" dos arredores de Joanesburgo.

Mas, especificou De Klerk, os votos de hoje deverão ser contados à parte, para que se houver problemas eles não se estendam ao cômputo geral da votação em toda a África do Sul.

No resto do país, ou seja em muito mais de dois terços, a votação terminou ontem à noite: às 19h00 nas zonas onde tudo correu normalmente, e mais tarde onde nessa altura ainda havia muita gente à espera.

Por tudo isto, a contagem dos votos só começa amanhã de manhã e nenhuns resultados significativos deverão ser conhecidos antes de domingo.

De um modo geral, a votação decorreu relativamente bem para um vasto território onde a grande maioria dos cerca de 40 milhões de habitantes nunca tinha ido às urnas e para a qual se receava que os últimos dias fossem caóticos. Mas nem a desorganização desanimou os eleitores, nem os atentados bombistas atribuídos à extrema-direita prevaleceram sobre a vontade de participação democrática de brancos e negros.

Controvérsias

Acontece, porém, que o ANC contesta o modo como as eleições têm estado a decorrer em partes do Kwazulu, dizendo que em certas assembleias da antiga Zululândia a única fiscalização foi exercida pela polícia local, cujo ministro é o próprio chefe do governo autónomo cessante, Mangosuthu Buthelezi, líder do Partido Inkatha. E, referindo-se à falta ou ao desaparecimento de boletins de voto, Nelson Mandela falou de "sabotagem maciça".

Continua na pág. 6

Continuação da pág. 4

"Choca-me que indianos e mestiços preferam o Partido Nacional"

P. — Que espera do novo Governo?

R. — Se a violência realmente abrandar, teremos um influxo de capital estrangeiro e será possível melhorar os padrões de vida. Havendo investimento, cria-se postos de trabalho. Mas, se o Governo for gastar muito dinheiro em casas e outras obras sociais, então teremos uma inflação elevada. Com um governo que saiba restringir as despesas, aumenta a prosperidade.

P. — Crê que se manterá o actual ministro das Finanças?

R. — Derek Keys é muito mais um técnico do que um político. Seria muito generoso da parte de Mandela mantê-lo no lugar que actualmente desempenha, pois que o ANC até nem tem ninguém realmente preparado para o lugar. Trevor Manuel não está em condições de arcar com tal responsabilidade.

P. — E o dr. Zach de Beer, que pasta poderia ter, se o Partido Democrático entrasse no Governo? A Indús-

tria?

R. — Não me oferecem nada como isso. Quando muito, o Turismo, as Águas ou o Meio Ambiente...

P. — Tem ido muito dinheiro para fora do país?

R. — Sim, tem ido, se bem que eu não disponha de números sobre isso. Está a ser mau para a balança de pagamentos.

P. — Crê que a situação vai ser má para as companhias de grande envergadura, designadamente para

multinacionais como a Anglo-American ou a De Beers.

R. — Julgo que se poderão aguentar muito bem. Tenho a experiência, dos tempos em que trabalhei na Zâmbia como administrador da Anglo-American, que uma coisa é a retórica utilizada e outra o que na realidade se passa. E aqui até nem se deverá avançar muito no campo das nacionalizações.

P. — Está hoje mais optimista, ou não, do que há uns anos, quanto ao futuro da África do Sul?

R. — Estou muito mais, pois que com o "apartheid" não havia futuro possível. Claro que a transição é extremamente difícil, mas estamos a avançar.

Sociedade civil forte

P. — Não vão ter nenhum regime que se assemelhe aos que foram criados em Angola e Moçambique após a descolonização?

R. — Nada do género. Aqui, a sociedade civil é muito mais forte. Temos infra-estruturas financeiras, companhias de seguros, um mundo empresarial em pleno funcionamento, estradas, caminhos de ferro, Ordem dos Advogados, Ordem dos Médicos e uma série de outras associações profissionais. Estamos muito mais perto do Primeiro Mundo do que o resto de África. Temos mais de cinco milhões de

brancos.

P. — Em Portugal receia-se um grande afluxo de retornados.

R. — Não há grande motivo para que uma parte significativa da comunidade branca tenha de deixar a África do Sul. Temos aqui jovens empresários portugueses a fazerem uma boa carreira. Há razões para acreditar que as coisas corram razoavelmente bem.

P. — O que pensa do presidente De Klerk?

R. — Fez uma coisa muito boa, provavelmente a mais importante da África do Sul: acabar com o "apartheid". Mas é uma pessoa de truques, que não tem querido desmascarar muitos militares e polícias implicados em acções sujas.

P. — E de Mandela?

R. — Um homem maravilhoso, com muito carisma. Muito bom político, em óptima forma para a sua idade; chega a telefonar-me quando ainda estou a dormir. Mas tem poucos conhecimentos de Economia. ■

“Vota, ó terra bem amada”

PÚBLICO, 29.4.94.

AO AR quente de um Outono soalheiro, as belas casas dos subúrbios norte de Joanesburgo eram perfeitamente visíveis da estrada poeirenta de um bairro de Zevenfontein, um mar de barracas construídas com latas de conserva.

As tendas, às listas azuis, brancas e amarelas, montadas para as eleições no “veld” (estepo) desolado, pareciam um circo entre destroços. A fila de espera estendia-se como diante da bilheteira de um cinema chique ou como se tivesse sido transportada por um tornado e largada sobre a poeira de um “ghetto” sórdido.

Quase todos os eleitores eram brancos, de “jeans” e sapatos desportivos, com jóias e adornos de luxo. Os luxuosos automóveis alemães e japoneses alinhavam-se na estrada. Vieram a Zevenfontein para fugir às intermináveis filas de espera nos bairros brancos e reco-

nheciam que era a primeira vez que atravessavam o oceano de riqueza que os separa dos vizinhos pobres. Toda a gente, negros e brancos, parecia divertir-se com a situação.

“É verdade que é espantoso ver aqui todos estes brancos”, dizia Sam Moloi com um sorriso angélico, olhando de dentro da sua barraca. “Mas é a nova África do Sul: começamos ontem [quarta-feira] a construí-la.”

Mas não é amargo ver aqui os brancos que antes tentaram expulsar os ocupantes do bairro para utilizarem o campo para os seus lazeres? “Não, eles são seres humanos como nós. Qualquer dia”, ironiza, provocando a gargalhada dos vizinhos, “até nos podem vir fazer uma visita.” E acrescenta: “Eles quiseram-nos pôr fora daqui, mas agora tudo mudou. A nova África do Sul é para toda a gente.”

Susan Kelly, uma branca

de 40 anos, partilha do bom-humor geral. “Foi tudo calmo e amigável. Ninguém incomodou ninguém. É uma sensação magnífica”, diz, parecendo achar bizarra a presença de polícias negros, armados até aos dentes, a proteger os brancos, sentados em banquinhos portáteis sob frondosos guarda-sóis, à espera de revogar três séculos de dominação sobre os negros.

Perto de Pretória, numa escola de Arcadia, foi um negro que nunca tivera o direito de eleger quem estendeu, na quarta-feira, o boletim de voto ao

presidente De Klerk. Numa longa fila, alinhavam-se as “madames”, a designação consagrada das mães de família, acompanhadas pelas suas empregadas domésticas e pelos seus jardineiros negros, que iam votar numa escola reservada a brancos, onde antes lhes era proibido entrar.

O caminho é longo e os analistas prevêem que as tempestades não acabaram. Mas a esperança criada por estas eleições históricas foi bem realçada pelo jornal “The Star”, que transformou, num cartaz, o título do grande romance de Allan Paton, “Chora, ó terra bem amada”, em “Vota, ó terra bem amada”.

Lawrence Bartlett/AFP, em Zevenfontein

CLINTON SUGERE HUAMBO PARA A UNITA — A carta enviada pelo Presidente Bill Clinton ao seu homólogo angolano pede a compreensão de José Eduardo dos Santos para a necessidade de um acordo rápido em Lusaca. O Presidente norte-americano sugere, nomeadamente, a atribuição à UNITA da governação da província do Huambo e a indicação do futuro ministro das Obras Públicas, segundo fontes da administração norte-americana citadas pela Voz da América.

PÚBLICO, 30.4.94

Continuação da pág. 5

A febre de votar

O líder do Inkatha disse que as eleições não estavam a ser sérias. E um responsável do partido na região de Joanesburgo, Themba Khosa, declarou que o seu movimento se estava a interrogar “se devia ou não aceitar os resultados”.

A violência entre as diversas etnias negras foi coisa que praticamente não se verificou ao longo desta última semana. Na região do Cabo, apenas em Rocklands, na zona mestiça de Mitchells Plein, houve escaramuças entre partidários do ANC e do Partido Nacional, que nesta parte do país têm um peso equivalente.

Os únicos actos criminosos verificados foram uma série de atentados bombistas pelos quais estão detidas 32 pessoas, na sua maioria membros dos comandos Ystergarde (Guarda de Ferro) da AWB, de Eugène Terre Blanche. Os suspeitos deverão comparecer perante tribunal dentro dos próximos 12 dias.

Ontem, em Rustenberg, na nova província de Noroeste, entre Pretória e a fronteira com o Botswana, o AWB insultou um jornalista negro norte-americano e disse que haverá

mais bombas se não for reconhecido o direito a um Volkstaat, ou território próprio para os africaners.

Mas, o líder do Partido Democrático, Zach de Beer (ver entrevista pág. 4), também ele um africaner, afirmou ao PÚBLICO que a ideia é irrealista, porque nunca haverá uma maioria de cidadãos dessa comunidade linguística e cultural de três milhões de pessoas prontas a abandonar as suas casas e empregos em diferentes partes da África do Sul para se concentrarem numa zona bem determinada onde os brancos constituíssem o grosso da população.

Contactado ontem à noite em Kroonstad, no Estado de Orange, o deputado social-democrata português João Granja Silva, que se encontra entre o grupo de Observadores da União Europeia presentes neste país, disse-nos que de um modo geral não foram registadas grandes irregularidades; e que os problemas notados teriam sido muito mais de natureza técnica do que política, havendo votado cerca de 80 por cento do eleitorado potencial daquela zona. ■

Esquecer as rivalidades

A FEBRE eleitoral na África do Sul alastrou aos albergues para trabalhadores migrantes, uma zona indefinida de suspeitas e desconfianças, com grupos rivais a votar ontem em conjunto nas históricas eleições multirraciais.

Para surpresa dos ocupantes dos albergues, os habitantes das “townships” tradicionalmente hostis atravessaram uma linha divisória traçada a sangue e ambos os lados disseram desejar que a recém encontrada paz eleitoral dure para sempre. “Espero que a relação de cão e gato entre nós e os habitantes das ‘townships’ acabe depois de terminadas as eleições”, afirmou Mafika Ndlovu, morador de um dos albergues.

A maior parte dos trabalhadores que ali habitam são apoiantes do partido zulu Inkhata, de Buthelezi. O rival ANC, que deverá vencer o escrutínio, é o partido da maior parte dos habitantes das “townships” vizinhos.

Simphiwe Nkosi, residente num deles, afirma que veio com os amigos votar na zona dos albergues para ajudar a melhorar as relações entre as facções rivais. “Eles são nossos irmãos. Continuarão a ser nossos irmãos. Embora o fosso entre nós e os habitantes dos albergues continue a ser profundo, esperamos que o novo Governo seja uma ponte nessa divisão”, declarou.

PÚBLICO, 29.4.94

Os moradores zulus dos albergues consideram-se em guerra. Atravessar território hostil pró-ANC para ir trabalhar pode ser uma questão de vida ou de morte. No passado, os comboios para Kwesine funcionavam de forma irregular e eram frequentemente sabotados.

Apesar do cheiro proveniente de monte de lixo que não tinha sido recolhido e do arame farpado em redor do albergue, os grupos rivais sorriam, conversavam e gozavam o sol. Era uma agradável mudança de ambiente em comparação com o habitual clima de violência política das “townships”, com os seus albergues-fortaleza e áreas proibidas.

Os albergues ficam no meio de Katlehong e perto de Tokoza, onde centenas de pessoas morreram, desde 1990, em consequência da luta de poder entre o ANC e o Inkhata, e foram construídos como habitações para os homens que trabalham em Joanesburgo mas que estavam separados das famílias devido ao apartheid. Os ocupantes são obrigados a viver em condições miseráveis durante onze meses, voltando todos os meses de Dezembro para as famílias nos dez bantustões negros que existiam na África do Sul.

Ontem, alguns dos moradores das “townships” não escondiam o receio de que se pudessem registar confrontos, mas à medida que as filas de eleitores iam aumentando, mostravam-se mais descontraídos e sorriam, fazendo votos de que as rivalidades sejam esquecidas. ■

Rich Mkhondo/Reuters, em Tokoza

O fim-de-semana de todas as tensões

De novo enviado
Jorge Heitor,
em Joanesburgo

Com o anúncio dos resultados eleitorais, este vai ser o fim-de-semana de todas as tensões, susceptível de causar ainda mais nervosismo do que os quatro dias em que as urnas estiveram abertas. Há rolos de arame

farpado e carros blindados no centro de Joanesburgo. Uma estrita segurança foi imposta nos aeroportos, depois da bomba de há uma semana no Jan Smuts. De qualquer modo, a África do Sul venceu já uma nova etapa na sua transição para uma democracia multirracial.

PÚBLICO, 30.4.94

34 milhões de votos que teriam sido expressos durante os últimos quatro dias na República da África do Sul, metade para a Assembleia Nacional e a outra metade para as nove assembleias provinciais.

Até agora foi quase que uma festa para a maioria do país, excepção feita aos atentados bombistas de há uma sema-

na e a umas quantas acusações de irregularidades; mas daqui para a frente vão ser momentos de grande tensão, pois poderá haver vencidos que não aceitem a derrota ou vencedores que se excedam no triunfo.

Durante os dias da votação propriamente dita, as coisas correram muito melhor do que se poderia esperar, pois a parti-

cipação à última hora do partido anticomunista Inkatha ajudou a desanuviar o ambiente, enquanto a vaga bombista desencadeada pelos homens de Eugène Terre'Blanche não conseguiu praticamente atemorizar ninguém.

Admite-se até que a abstenção não tenha ultrapassado os 20 por cento, na medida em que se possa falar de abstenção onde nem sequer existem cadernos eleitorais; e onde até à última hora milhares de pessoas andaram a arranjar à pressa documentos de identificação para irem votar.

O desejo de votar era tão grande, por parte duma maioria negra que nunca experi-

Continua na pág. 8

A

hora da saída para a rua desta edição do PÚBLICO, começa a grande contagem dos mais de

Opinião

Allister Sparks*, em Joanesburgo

PÚBLICO, 29.4.94

Um acto fundador

AS ELEIÇÕES gerais na África do Sul representam para o racismo aquilo que a queda do Muro de Berlim representou para o comunismo. Assinalam o fim da última oligarquia racial no mundo.

Em termos históricos, pode-se mesmo dizer que encerram uma era que começou quando o navegador português, Bartolomeu Dias, levou nervosamente a sua pequena caravela a navegar para lá do Equador, há 500 anos, para atingir o Cabo da Boa Esperança. Abria assim ao mundo ocidental o caminho marítimo para o Oriente e, com isso, a época do colonialismo, com todos os seus conceitos de supremacia do homem branco.

A época colonial terminou, na esmagadora maioria dos casos, depois da II Guerra Mundial, quando os excessos do nazismo provocaram uma onda de reacções contra as noções de superioridade racial e as potências imperiais começaram uma rápida retirada das suas colónias, enquanto nos Estados Unidos o Supremo Tribunal se pronunciava contra a segregação, considerando-a inconstitucional.

Perversamente, a África do Sul escolheu exactamente esse momento para tomar a direcção oposta. O Governo nacionalista afrikaner, que chegou ao poder em 1948, respondeu à emancipação à escala mundial dos povos indígenas com a ideologia do "apartheid", mergulhando o país numa forma ainda mais extrema de dominação racial.

Isso fez da África do Sul um pária. Para as pessoas de cor em todo o Mundo, o "apartheid" era um insulto intolerável que encerrava em si todas as velhas queixas, enquanto, para os brancos ocidentais, se tornava uma questão moral que oferecia o alvo conveniente para o seu próprio e deslocado sentimento de culpa.

Tudo isso acabou agora. A velha bandeira da África do Sul foi arriada e uma nova hasteada. A velha Constituição do "apartheid" acabou e uma nova toma o seu lugar, sublinhando a igualdade de todos os sul-africanos. O velho país e a velha era de desigualdade racial, que ele conseguiu fazer sobreviver por um período extra de meio século, morrerá e um novo nascerá em seu lugar. E as pessoas de todas as cores, em todo o Mundo, sentir-se-ão livres de um estigma intolerável.

Trata-se de um grande momento, de um marco na História do Mundo, mas, curiosamente, na própria África do Sul há pouca percepção de que assim seja. Isso deve-se, em parte, a um certo sentimento de irrealidade, como se ninguém conseguisse acreditar que

as coisas se estão a passar de verdade.

Mas também provém de uma espécie de paragem no tempo. Os brancos estão ansiosos: não sabem o que esperar e a velocidade e âmbito da mudança são assustadoras para muitos. Os negros, contrários estão ansiosos: não sabem o que esperar e a velocidade e âmbito da mudança são assustadoras para muitos. Os negros, condicionados por hábitos de autoprotecção, que adquiriram ao longo de gerações, poupam as suas emoções e mostram relativamente poucos sinais de excitação quanto ao futuro.

Acima de tudo, no entanto, a contenção de sentimentos explica-se por uma certa precaução política. A África do Sul passou, nos últimos quatro anos, por intensas negociações, com crises frequentes e muitas mortes, seguidas de quatro meses de campanha eleitoral caracterizada por mais crises e mais mortes, ao ponto de o país estar agora saturado e exausto. O sentimento dominante é de "graças a Deus, tudo acabará dentro de poucos dias".

Suspeito, no entanto, que haverá uma explosão de alegria na comunidade negra quando os resultados começarem a ser conhecidos e a percepção de mudança se tornar mais imediata e real.

Quais serão esses resultados? Claro que o Congresso Nacional Africano, de Nelson Mandela, emergirá como o maior partido e o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, como segunda formação. Mas, com 27 partidos a concorrer, e as sondagens à opinião pública proibidas durante as últimas três semanas da campanha, são difíceis previsões mais rigorosas.

Tudo isto é complicado ainda mais pelo boicote, quase até ao dia da votação, que o Partido da Liberdade Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, fez, acedendo a participar nas eleições depois de meses de inflexibilidade. A questão agora é saber em que medida a presença do Inkatha alterará as previsões das últimas sondagens conhecidas.

De qualquer modo, o resultado é menos importante que o acontecimento em si. Trata-se de um acto eleitoral pioneiro naquele que será efectivamente um país novo, o que significa que estamos a lidar com actos fundadores e com simbolismo.

As divergências políticas interessam menos nesta altura: haverá um governo multipartidário de unidade nacional, o que significa que nos próximos cinco anos a África do Sul será governada largamente numa base de consenso. O que interessa agora é que o povo deste país profundamente dividido e etnicamente diverso faça os gestos de conciliação necessários para o estabelecimento de um espírito fundador de uma nova sociedade.

Nelson Mandela deu o exemplo. Depois de ter sido encarcerado durante 27 anos, emergiu sem um traço de amargura, para oferecer uma mão de reconciliação em nome das vítimas do "apartheid" àqueles que as fizeram sofrer. Amanhã, este homem notável será saudado como o primeiro Presidente sul-africano negro e uma nova era nas relações raciais a nível mundial terá nascido. ■

*Jornalista e escritor sul-africano, correspondente do "Washington Post" e candidato pelo ANC Exclusivo PÚBLICO/"The Washington Post"

Continuação da pág. 7

O fim-de-semana de todas as tensões

mentara tal sensação, que a população afluía em massa às urnas, acima de todas as expectativas. Muitos chegaram a percorrer dezenas de quilómetros e a aguardar longas horas na bicha até exercer finalmente o seu direito de cidadania. Vimos pessoas com mais de 90 anos a serem acompanhadas até às assembleias de voto e vimos até os bosquímanos que vivem na zona do Calahari em condições muito primitivas (são um povo muito mais antigo na actual África do Sul do que os zulus ou os xhosas) colocarem cobertores por sobre os corpos quase nus para se fazerem transportar até às assembleias de voto.

As tripas e o cérebro

Ontem foi um dia suplementar de votação em seis bantustões onde as condições não tinham sido preparadas a tempo e horas para que tudo decorresse bem, mas no Kwazulu esteve a chover, o que pareceu complicar um pouco as coisas. E em outras zonas do país, onde não estava previsto, as urnas voltaram também a abrir, sob a

pressão de populares que não tinham conseguido aproveitar os dias anteriores.

Muita coisa correu mal durante esta última semana, mas também seria difícil de exigir que tudo corresse de uma forma impecável num vasto território onde nunca se tinham efectuado eleições abertas à maioria dos cidadãos. De modo que será agora um tanto difícil seguir qualquer critério rígido para que se diga que o acto foi "livre e justo", como é da praxe.

Ontem à tarde, o Presidente De Klerk discutiu com Nelson Mandela e com o juiz Johann Kriegler o balanço das deficiências verificadas. No fim declarou que não havia indício de "irregularidades em larga escala", enquanto o juiz, pesados todos os factores, qualificava as eleições como um "êxito notável". Mandela, que na véspera tinha falado de sabotagem e de desigualdade de tratamento entre zonas brancas e negras, confirmou esta avaliação e referiu também não temer as ameaças de Terre'Blanche: "Não penso

que o AWB esteja em vias de lançar uma guerra [...] Conseguimos isolar aquelas pessoas que reagem com as tripas em vez de usar o cérebro".

A contagem

No entanto, no regresso da Cidade do Cabo a Joanesburgo, logo no aeroporto, encontramos uma cidade muito mais tensa e vigiada do que há dez dias, antes de o Movimento de Resistência Africaner (AWB) ter lançado a sua desesperada campanha bombista em protesto contra as eleições.

Trinta e dois dos 34 suspeitos que se encontram detidos compareceram ontem em tribunal, para uma primeira audiência, pelo que isso contribuiu para o ambiente um tanto ou quanto eléctrico que se apercebia no coração da grande metrópole, com rolos de arame farpado a protegerem certos edifícios públicos e

carros blindados com tropas nas imediações da Comissão Eleitoral Independente.

Para maior segurança dos seus trabalhos, o centro vital da contagem dos votos não vai ser naquelas instalações da Comissão em plena Baixa de Joanesburgo, mas sim numa granja a uns 30 quilómetros, à beira da auto-estrada para Pretória.

É ali que hoje ao princípio da tarde se deverão começar a saber alguns resultados, mas na melhor das hipóteses o total só deverá estar apurado amanhã à noite. A primeira indicação a surgir será a das tendências do voto em cada uma das nove províncias, para se ver quem é que tem razão: o ANC, que aposta na totalidade do bolo, o Partido Nacional, que tem esperança de ficar com o controlo de duas ou três das províncias, nomeadamente a do Cabo Ocidental, ou o Inkatha, que se deseja vencedor no Kwazulu/Natal? ■

Mercados reagem positivamente

OS MERCADOS financeiros reagiram positivamente aos três primeiros dias das eleições sul-africanas. Ontem, na reabertura da Bolsa de Joanesburgo, após os feriados de quarta e quinta-feira, o índice dos valores industriais acusou uma subida de 200 pontos e o rand recuperou perante o dólar, depois de ter registado uma descida nas semanas que antecederam as eleições.

Segundo o ministro das Finanças, Derek Keys, o modo como as eleições decorreram contribuiu para tranquilizar os investidores, "de quem depende o futuro do país". A valorização das acções industriais traduz uma expectativa de investimentos estrangeiros e o optimismo dos mercados tem sido estimulado por publicações financeiras, americanas e europeias, que sublinham que a África do Sul é o mercado mais atraente da região e onde os investidores que arrisquem podem obter ganhos muito substanciais.

Duas outras razões internas animaram os meios financeiros: o fracasso da cam-

panha bombista e a previsão de que o ANC obterá um resultado suficiente para poder governar, mas insuficiente para ter veleidades de alterar as regras do jogo da economia.

Uma economia média

A África do Sul é um país de tamanho médio e de economia média, cujo produto interno bruto (PIB) não chega a um centésimo do PIB mundial, pelo que, pelo menos teoricamente, ainda pode crescer bastante sem ameaçar ninguém, dizem-nos especialistas como o inglês Clem Santer, que tem estado a trabalhar para a Anglo-American Corporation.

Mas a alta tecnologia está a ameaçar as suas exportações e, se não tivesse ouro, platina e diamantes, já há uma dezena de anos que estaria a experimentar os mesmos problemas financeiros que a Austrália ou outros países com grande dívida externa.

Receia-se agora que, até pela necessidade de promover políticas sociais, a dívida externa sul-africana cresça imenso nos próximos anos, se não for possí-

PÚBLICO, 30.4.94

vel criar de imediato outras indústrias de exportação, para além das tradicionais, que durante o último século fizeram a prosperidade do país, e se não houver também um forte afluxo de capitais estrangeiros.

A falta de um bom sistema educacional, que facilite o desenvolvimento da alta tecnologia e dê mais ímpeto ao crescimento das exportações, é um dos problemas com que se vão debater os novos dirigentes, principalmente aqueles que diziam que era preciso primeiro lutar pela libertação e depois se trataria de promover o ensino.

As estradas, as pontes e a rede de distribuição de electricidade são infra-estruturas que vai ser preciso ter em conta para se partir para um desenvolvimento maior, que possa contrariar os receios, de uma parte da minoria branca, de que a África do Sul se afunde.

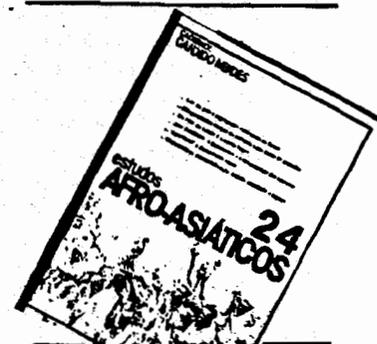
Clem Santer, na sua obra "The World and South Africa in the 90s", afirma que a Cidade do Cabo poderá vir a ser uma nova Hong Kong, dada a sua posição estratégica na passagem do Índico para o Atlântico. Além de que todo o país

tem um grande potencial turístico e é possível atrair os cidadãos da Europa ocidental.

A África do Sul já tem um dos melhores sistemas bancários e de seguros do hemisfério austral, de modo que poderá continuar com grandes projectos, se a violência não voltar a instaurar-se depois das eleições.

O novo sistema político só funcionará se a economia funcionar e vice-versa, devendo ambos fazer parte de um todo, que consiga provar ao mundo que um Parlamento e um Go-

Continua na pág. 9



A paixão pela democracia

A «sede» de participação na vida política sul-africana levou milhões de negros a esperarem horas para votar

EXPRESSO, 30.4.94

MIGUEL CALADO LOPES
enviado à África do Sul

ALFRED Ngwenya, de 74 anos disse «eu quero votar» quando depositou o seu boletim numa secção de voto no Soweto. Philip Magagula

disse ter esperado toda a sua vida de 104 anos por «este momento». Andrew Ndlazi, de 26 anos disse que estava «muito feliz». O arcebispo Desmond Tutu disse é como «estar apaixonado».

Um eleitor apaixonado pela liberdade e pela democracia aguenta tudo: Ngwe-

nya suportou o peso da sua doença. Magagula o peso da sua vida, Ndlazi, o peso da sua revolta, e Tutu, o peso da sua luta contra o «apartheid».

E milhões de eleitores sofregamente apaixonados aguentam o que for preciso: estar numa fila de oito horas à espera da chegada dos bo-

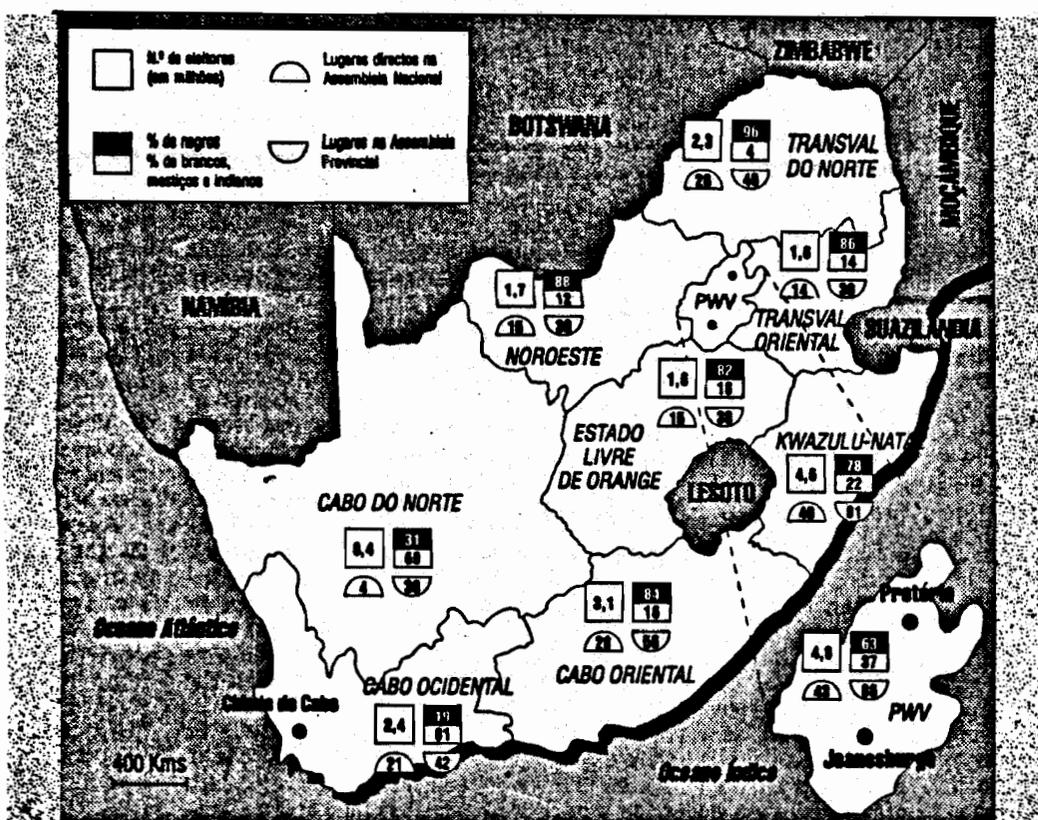
tisfeito e acalmado. Calcula-se que na terça e quarta-feira votaram cerca de 80 a 90 por cento dos previsíveis eleitores, o que é sempre fálvel devido à ausência de cadernos eleitorais. Na quinta-feira, as secções de voto tinham, salvo algumas excepções, um votante de vez em quando, como aconteceu na secção da escola Loreta Imaculata, onde Alfred Ngwenya votou na esperança de que o seu acto contribua para uma «nova África do Sul».

Prolongamento

O fruto deste amor nacional nasceu hoje às seis da manhã quando se iniciou a contagem dos votos. Dificuldades logísticas de vária ordem obrigaram ao prolongamento por 24 horas do acto eleitoral em toda a província do Transvaal Norte, Cabo Oriental e nos antigos bantustões do Ciskei, Transkei, Venda, Lebowa e Kwazulu. O recém-nascido país será sobretudo apadrinhado pelo ANC (entre 50 e 55% dos votos), pelo Partido Nacional (entre 20 e 23%) e pelo Inkatha (com uma percentagem inferior).

A decisão do prolongamento foi tomada após a recomendação da Comissão Eleitoral Independente (CEI) ao Presidente F.W. De Klerk, na sequência de exigências partidárias no sentido de que nem um só cidadão fosse impedido de votar por razões estranhas à sua vontade. Apesar de tudo, irregularidades, intimidações e tentativas de sabotagem (há notícia de boletins de votos roubados), este momento histórico decorreu com uma calma que poucos julgavam possível. Os partidos, especialmente o ANC, e o Partido Nacional concordaram em que, apesar das excepções, as eleições foram justas e livres, a frase mágica que validará o acto e que hoje todos esperam ouvir do juiz Johann Kriegler, presidente da CEI e suprema autoridade eleitoral.

Decorreu com calma porque, surpreendentemente, os sul-africanos mostraram um elevado grau de tolerância, de acordo com uma sondagem revelada na quinta-feira e que tinha por objectivo perceber o conceito de «eleições livres e justas». Entre



Continuação da pág. 8

Mercados reagem positivamente

verno de maioria negra não são fatalmente uma barreira ao progresso.

A política económica do ANC percorreu um longo caminho desde que Nelson Mandela, antes de ter saído da cadeia, disse inequivocamente ser a favor da nacionalização das minas, dos bancos e de outros sectores. Tal atitude assustou a comunidade financeira internacional e teve de ser alterada. Agora, o partido diz que a nacionalização será uma hipótese, «se isso fortalecer a capacidade da economia para responder às grandes desigualdades».

A colocação do assunto numa posição secundária faz parte de uma alteração maior do pensamento político do ANC, alteração que já há poucas semanas levou Alberto João Jardim a afirmar, numa entrevista à

RDP, que o programa do movimento liderado por Nelson Mandela «é menos socialista do que o do PS português». Mas, nos meios empresariais da África do Sul, continua-se a reacar que dentro de algum tempo as nacionalizações voltem à baila, sob pressão das bases do ANC.

Outro dos temas de que se falou durante a campanha foi a necessidade de acompanhar o desejável desenvolvimento económico da África do Sul com uma redistribuição dos bens existentes, de modo a que o país não fique com uma pequena minoria muito bem instalada na vida e com uma enorme massa a viver em extremas dificuldades. Ou seja, que se crie, a médio prazo, uma razoável classe média. ■

Jorge Heitor,
em Joanesburgo

letins de voto, ver carimbado o seu bilhete de identidade, ver a sua mão aspergida com tinta invisível, passá-la por uma máquina de luz ultravioleta, para que não possa votar de novo, receber boletins de voto incorrectos, ou nem sequer os receber, assistir a provocações de partidos em desespero de propaganda, ter fome, sede e cansaço. Suporta também o luto e a dor pelos 21 mortos e 173 feridos vítimas de explosões de carros armadilha-dos.

Um eleitor apaixonado também pode ser impaciente. A laia de arrufo, umas mesas de voto partidas, como aconteceu no Natal/Kwazulu, em sinal de protesto pela não satisfação imediata de tamanha paixão, depressa se esqueceram com a promessa de que o tão desejado beijo democrático chegaria antes das secções de voto encerrarem.

A paixão demorou dois dias, e o terceiro transformou-se num amor largamente sa-

Continua na pág. 10

Continuação da pág. 9

A paixão pela democracia

85 e 95 por cento dos inquiridos responderam que a participação de todos os partidos, a não intimidação e a possibilidade de todas as pessoas votarem fazia parte do conceito. Mesmo tendo em conta a segmentação do estudo segundo raça, a diferença de valores não é relevante. No que respeita à tolerância relativamente a «partidos impopulares» — os radicais e os que defendem o recurso à força — 70 por cento responderam que estavam dispostos a permitir um desses comícios na sua área de residência. Entre a população negra os valores baixam para 63 por cento, o que não deixa de ser uma maioria.

Algumas culpas podem ser atribuídas à CEL, que se viu na necessidade de prolongar o prazo de votação, mas o facto é que se tratou de uma votação sem precedentes nem referências.

O sonho realizado

A não-existência de cadernos eleitorais e a possibilidade de os sul-africanos poderem escolher qualquer mesa de voto em qualquer parte do país tornou praticamente impossível o trabalho de adivinhação. Daí resultando que os boletins que sobraram nalgumas assembleias faltaram noutras, originando parte da confusão verificada, para não falar, é claro, da entrada tardia do Partido da Liberdade Inkatha, do líder zulu Mangosuthu Buthelezi.

Mas basta a imagem de Mandela a votar no Instituto Ohlange, em Inanda, nos arredores de Durban, para esquecer os detalhes e fixar a grande imagem. «Como todos podem imaginar, esta é uma ocasião inesquecível para todos os sul-africanos. É a realização dos sonhos e

esperanças que acalentámos durante décadas, os sonhos de uma África do Sul que represente todos os sul-africanos. É o começo de uma nova era. Salmos de uma era de pessimismo, oportunidades limitadas, divisão e tumulto e começámos uma nova era de esperança, reconciliação e construção nacional».

Antes de votar, o futuro presidente da África do Sul recolheu-se junto do túmulo do educador John Dube, fundador daquele instituto em 1900 e em 1912 do então Congresso Nacional dos Nativos Sul-Africanos (actual ANC), juntamente com Pixley ka Izaka e Sol Plaatje. O epitáfio não podia ser mais premonitório: «Das trevas à luz gloriosa».

A gloriosa luz chegou agora. O «apartheid» foi oficialmente enterrado às 11 e 59 da passada terça-feira, quando a bandeira nacional foi arreada pela última vez em várias cidades do país, entre as quais Joanesburgo, entre gritos de júbilo, abraços, palmas e algumas lágrimas por parte de algumas centenas de pessoas. O champagne caseiro só se correu quando a nova, içada exactamente às 00h01 de quarta-feira, subiu no mastro com as suas seis cores enroscadas devido à ausência de vento. Ao antigo hino nacional seguiu-se o Nkosi Sikelel' iAfrica (Deus abençoe África), uma bonita música coral de inspiração religiosa, que passa também a ser hino nacional juntamente com o Die Stem durante o actual período interino de cinco anos.

A ressaca da festa

Outro motivo a ajudar a este «grand finale» democrático do séc. XX surgiu na quarta-feira, quando o co-

missário geral de polícia general John Van Der Merwe, revelou, no pouco apropriado «cabaret» Ceaser's Palace (onde se anunciava que a noite de hoje é de «Festa de Gangsters»), que tinham sido presos 31 suspeitos de autoria dos atentados terroristas e que alguns deles estavam ligados à Afrikander Weerstandsbeweging (AWB-Movimento de Resistência Afrikander). Dois pertenciam à própria força policial.

O que aconteceu aqui esta semana é um verdadeiro milagre político com a dimensão da queda do comunismo e da queda do muro de Berlim. O governo de Unidade Nacional a sair destas eleições, um mandato de cinco anos, é não só o triunfo da cultura da negociação entre partes profundamente divi-

das mas o exemplo de que o impossível pode ser alcançado num continente que persiste em pegar em armas ou em polícias secretas para impor os seus interesses políticos. Angola seguramente aprenderá a lição e Moçambique, que encontrou já o meio termo possível, conhecerá mais rapidamente as vantagens do diálogo.

Todos os sul-africanos sabem que a ressaca da festa acaba no momento em que os eleitores, principalmente os milhões de desempregados e sem-abrigo, vejam as suas expectativas goradas pelas realidades dos factos económicos e tomem consciência da distância que vai das promessas eleitorais ao seu cumprimento. Até lá, o tempo é de alegria e de plêno gozo de uma cidadania tragicamente conquistada.

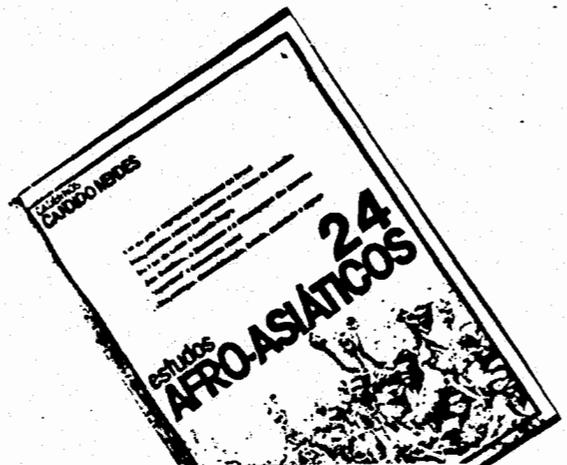
A VOTAÇÃO

OS 22,7 milhões de eleitores sul-africanos (71,5% de negros, 16,6% de brancos, 9% de mestiços e 2,9% de índios) que participaram nas primeiras eleições multirraciais do país «puseram a cruz» em dois boletins de voto: um para escolherem os representantes em cada uma das nove Assembleias Provinciais (total de 425); outro para designarem, de modo directo, 200 dos deputados da futura Assembleia Nacional (ver mapa). Esta terá 400 lugares: os 200 eleitos directamente, na lista nacional, e os outros 200 escolhidos entre os 425 deputados provinciais. Cada Parlamento Provincial elegerá ainda 10 candidatos que irão preencher os 90 lugares do Senado. A Assembleia Nacional reúne-se na próxima quinta-feira, para eleger o Presidente da República, que tomará posse no dia 10 e começará a formar, no dia seguinte, o «Governo de União Nacional», de 27 membros.

OS 4 TALVEZ

QUATRO das nove regiões administrativas da África do Sul não oferecem garantias de vitória — ou de vitória clara — do ANC, o que o poderá impedir de conquistar a maioria de dois terços necessária para rever sozinho, dentro de cinco anos, a actual Constituição Interina. São elas o Natal/KwaZulu, onde o conservador Inkatha poderá amortecer a esperada esmagadora vitória do ANC; Cabo do Norte, onde o Partido Nacional, do Presidente De Klerk, poderá conquistar o governo local e lançar uma campanha federalista; O Cabo Ocidental, de eleitorado esmagadoramente mestiço, que pode preferir um PN «branco» a um ANC «negro»; e a região PWV (Pretória-Witwatersrand-Vereeniging), onde uma vigorosa campanha do PN poderá retirar ao carismático Tokyo Sexwale um claro mandato de governação como primeiro-ministro regional de uma província de importância estatística.

SIDA ASSUSTA NA GUINÉ-BISSAU — Entre oito a dez por cento da população adulta guineense está contaminada com o vírus da sida, ou seja, mais de 50 mil pessoas entre os 20 e os 50 anos. O alerta foi lançado ontem por Sadjia Man, presidente do Centro de Educação, Comunicação e Produção de Materiais de Ensino para a Saúde do Programa Nacional da Luta contra a Sida. Sadjia divulgou este facto durante as comemorações do Primeiro de Maio, em Bissau. Afirmou ainda que, apesar da inexistência de números oficiais, a percentagem de casos de sida pode ser maior se for considerada a população guineense com menos de 20 anos, mais de metade dos habitantes da Guiné-Bissau. PÚBLICO, 1.5.94



O PROTAGONISTA

O cavaleiro negro

PÚBLICO, 30.4.94

"NÃO POSSO vender os meus direitos. Só os homens livres podem negociar. Regressarei." Foi assim que Nelson Mandela se dirigiu numa mensagem ao povo do Soweto, em 1985, respondendo a uma proposta de liberdade condicional que lhe foi feita pelo antigo Presidente da África do Sul, P. W. Botha.

Nove anos mais tarde, ele regressou e negociou e, hoje, exerce plenamente os seus direitos de cidadania, nomeadamente após se ter tornado o mais famoso "eleitor estreado" do mundo. Seguiu Mandela durante as últimas semanas, acompanhando a parte final da sua longa marcha até à presidência sul-africana, vendo-o a dirigir-se às massas nos comícios e aos jornalistas nas conferências de imprensa, nos encontros informais com o povo e nas cerimónias oficiais.

Milhares de pessoas, apinhadas em camiões de gado ou em mini-autocarros, viajaram centenas e centenas de quilómetros e esperaram durante horas, ao sol ou à chuva, ao calor ou ao frio, nos estádios de futebol, para ter a oportunidade de ver de relance o seu líder, Mandela. Alguns, que não têm acesso à televisão, só tinham visto anteriormente a sua cara em cartazes e folhetos de propaganda.

[...] Todos eles, dos velhos e desdentados aos novos e descalços, dançam, até vislumbrar o primeiro carro da caravana automóvel. A visão provoca uma vaga de energia que atravessa a multidão. As mulheres gritam em crescendo, as crianças batem palmas. Todos acenam freneticamente com bandeiras e cartazes, criando vagas de excitação num mar de negro, amarelo e verde.

Mandela regressou... na cabra de uma carrinha. Surge altaneiro, digno; o cavaleiro negro no cavalo branco, carrasco do "apartheid" e pioneiro do poder da maioria. Com a face rígida e o punho erguido. Insiste em dar uma volta de honra, mesmo se isso não está no programa, para que ninguém volte desapontado para casa. Se foi pela excitação e pelo ambiente que as pessoas ali acorreram, então podem ir-se agora embora. No momento em que Mandela toma o seu lugar no palco, o orgasmo terminou.

[...] As qualidades de Mandela são vastas, mas falar em público deixou há muito de ser uma delas. Os seus guarda-costas dirão que, durante os seus julgamentos, quando, como advogado, ele se representou a si próprio e aos seus camaradas co-réus, os negros costumavam vir de quilómetros em redor para o ouvir reduzir o homem branco à sua insignificância, com o seu poder analítico e raciocínio fino. Os seus poderes de análise continuam a ser fortes, mas o estilo lento de oratória que hoje utiliza parece trabalhado e rígido.

[...] Nos seus assuntos pessoais, Mandela é um fanático da pontualidade, mas em campanha andou invariavelmente atrasado. Os que lhe são próximos dizem que a insistência em apertar a mão a todos os que lhe estendem, por cima da muralha de guarda-costas, e um genuí-

no desejo de contacto humano são a causa dos atrasos. "Ele adora falar com as pessoas e é muito delicado. Despede de imediato os guarda-costas se os vê tratar de forma minimamente rude alguém que se aproxime", diz Barbara Masakela, chefe de gabinete de Mandela.

[...] Para alguém com 75 anos, Mandela tem uma aparência física invejável. Não bebe nem fuma. Não come manteiga, ovos, doces ou quaisquer outros alimentos que possam agravar a sua pressão arterial alta. Costumava levantar-se todas as manhãs pelas 4h30, um hábito adquirido na prisão. Mas a idade atrasou o seu relógio biológico, acertando-lhe o despertar para as 5h00. A primeira coisa que fazia era correr, mas isso é considerado hoje demasiado arriscado, do ponto de vista da segurança, e ele usa antes uma bicicleta fixa. Depois, toma um pequeno-almoço ligeiro, de frutas frescas ou de cereais com leite quente, antes de começar a trabalhar, pelas 6h30.

É um homem extraordinariamente introvertido. Ahmed Kathrada, que partilhou a mesma cela com Mandela durante sete anos, diz que ele e Walter Sisulu tinham por vezes de o forçar a parar de ler e a falar com eles. Também o impediam de correr à volta da cela, às 4h30 da manhã, quando eles ainda tentavam dormir. Hoje, o pouco tempo de descontração que Mandela se permite, passa-o a ver desporto, especialmente boxe, e a ler biografias.

Raramente vai para a cama depois das 22h00, mas, durante a campanha, os seus dias foram muito mais longos. No final do mês passado, quando teve uma laringite, houve a ideia de que ele estava a puxar demasiado pelo físico. Foi posto a descansar durante uma semana, fora do alcance do público.

O homem dos consensos

[...] Nascido na família real Tembu, é descendente de uma linhagem que pode ser seguida até 20 gerações atrás, no século XV. De vez em quando, Mandela ainda dá o seu ar de nobreza, quase imperial, traduzindo a natureza de um homem convencido de que está geneticamente equipado para governar.

Claro que foi um lutador pela liberdade, mas nunca foi um revolucionário no sentido que geralmente se atribui a esse conceito. Se ele é alguma coisa, é um conservador convicto. Durante o início dos anos 60, quando os restantes lutadores pela liberdade na África do Sul abraçavam o socialismo ou desenvolviam as suas próprias teorias pan-africanistas, Mandela defendia a antiga potência colonial do seu país. "Tenho grande respeito pelas instituições políticas britânicas e pelo sistema judicial desse país. Vejo o Parlamento britânico como o mais democrático do mundo", disse ele no Supremo

Tribunal de Pretória, durante o julgamento de Rivonia.

O grande trunfo de Mandela é a sua capacidade para gerar consensos. Ele não é um ideólogo, mas um democrata de centro-esquerda, preocupado com os interesses de "uma nação". Para ele, quase todas as questões, desde a criação de um "volksstaat" (um território para os afrikaners) ao envolvimento do FMI na elaboração das opções políticas, merecem ser tomadas em consideração, na medida em que contribuem para o esforço de reconciliação nacional.

[...] Fontes no ANC asseguram que o seu papel como Presidente se confinará essencialmente a sarar as feridas do "apartheid", com o vice-presidente do partido a mergulhar as mãos na política suja do dia-a-dia. Mas, se o seu novo papel vai decerto dar-lhe o título de "Pai da Nação", isso deve-se quase inteiramente à devoção sem limites ao ANC, que tem sempre estado acima de tudo em toda a sua vida.

A pressão do seu activismo político destruiu-lhe o primeiro casamento, com Eveline Ntoko Mase, de quem tem três filhos. E sabe-se que a sua separação de Winnie foi resultado das pressões do ANC, que viam as suas condenações em tribunal e posições políticas radicais como prejudiciais à imagem do partido. Interrogado sobre se Mandela gostaria de se reconciliar com Winnie, o arcebispo Desmond Tutu disse: "Ele não diz nada directamente, mas suspeito que não quereria fazer nada que fosse prejudicial para o partido ou para a causa."

Winnie diz que, desde que ele assumiu a liderança do ANC, nunca teve uma vida própria. "No momento em que saí da prisão, passou a ser propriedade nacional e tínhamos muita sorte se estávamos com ele 10 minutos por dia. Penso que a família ainda está à espera dele. Psicologicamente, ainda não saí da prisão, no sentido de que agora ele regressou para o povo."

Muito pouca gente tem acesso a Nelson Mandela. Os seus amigos dizem que, embora não o consigam imaginar a fazer outra coisa diferente, a sua natureza não está à vontade com as restrições do cargo. Gostaria de passar mais tempo com os netos, de viajar e ler, mas simplesmente não tem tempo para isso.

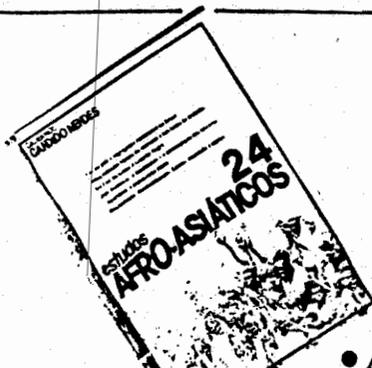
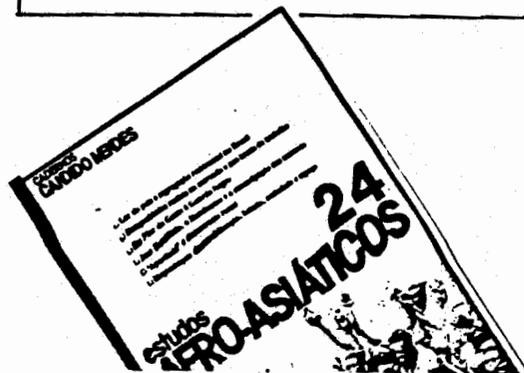
Tirem o ANC de Mandela e terão um homem muito quente e generoso, mas sozinho, que passou o último Natal sem companhia, numa ilha das Índias Ocidentais. Um homem que raramente tem tempo para falar com os amigos e, mesmo assim, só pelo telefone.

Tirem Mandela do ANC e privam a organização do seu mais importante trunfo, no momento mais crucial da sua história. Um dos poucos homens capazes de ajudar a levar a bom termo a transição do movimento de resistência claridestina para a fase de partido político legal e, finalmente, partido do poder. ■

Gary Young

Exclusivo PÚBLICO / "The Guardian"

● ASSINE JÁ ● LIGUE 531-2000



● ASSINE JÁ ● LIGUE 531-2000 RAMAL 259

NELSON MANDELA

«Brancos são vitais para o futuro do país»

EXPRESSO, 30.4.94

AO preparar-se para assumir a liderança da África do Sul, Nelson Mandela resumiu a sua filosofia de governo dizendo: «Vamos enterrar o passado. Vamos curar as feridas do passado.»

O presidente do ANC, cujo triunfo nas eleições conducentes a um regime de maioria nacional se espera ver confirmado neste fim-de-semana, sublinhou uma vez mais a importância que atribui a um regime de consenso multipartidário.

Entrevistado no hotel de Johannesburg que actualmente lhe serve de quartel-general transitório, Mandela aparentava tranquilidade e confiança ao aguardar a prevista chamada ao poder.

Ao debater a sua atitude na presidência, que virá coroar toda uma vida de impressionante luta contra o último bastião de racismo institucionalizado, Mandela disse que tanto os comandos da Polícia como das Forças Armadas o haviam apoiado e que tinha confiança em atingir o objectivo da reconciliação nacional.

Desmentindo especulações recentes sobre a sua intenção de optar por uma semireforma, num regime de Chefe de Estado honorário, Mandela afirmou que a sua presidência seria executiva. Mas considera crucial que o sistema de partilha de poder já estabelecido não seja «uma concha vazia».

«Se trouxermos para o Governo um partido político que conseguia obter cinco por cento ou mais dos votos expressos, ele tem de sentir que faz parte de um governo; tem de sentir que é uma parte e uma parcela do exercício do poder», disse ele. «Mesmo que se verifique que temos uma vitória esmagadora, é preciso ter todo o cuidado para que não se recele que a maioria possa ser utilizada com o objectivo de esmagar as minorias», acrescentou.

Mandela disse que a intenção era manter no Governo a tradição de consenso que se havia revelado tão positiva nas negociações constitucionais. A política a seguir teria de ser «da responsabilidade colectiva de todos os partidos políticos que fizerem parte do governo de unidade nacional».

Negou que isso conduziria à paralisia governamental, fazendo notar que o processo negocial tinha envolvido 26 partidos políticos «puxando em diferentes direcções, mas tinham conseguido coisas extraordinárias».

Contra decisões unilaterais

«Continuo a alertar para o facto de que nenhuma organização — por muito forte que seja — pode tomar decisões unilaterais a respeito de matérias que requeiram a consulta de todos os partidos políticos. Fizemos grandes progressos desde 1990, precisamente porque não esquecemos o princípio de que o consenso é vital para a abordagem dos grandes problemas nacionais».

Os brancos, com a sua experiência e os seus conhecimentos, são vitais para o futuro do país, segundo Mandela. «É por isso que lhes temos dito: a África do Sul é o vosso país». Todos os sul-africanos ligados «por uma fidelidade comum e um amor comum à sua pátria comum» têm de participar na transformação da sociedade, frisa Mandela.

O processo de consulta terá de ser aplicado a temas que incluem os novos nomes das ruas, cidades, símbolos, ou mesmo do país. As alterações dos símbolos tiveram de passar por um longo processo de «discussões muito intensas, pacientes e sérias com todos os partidos envolvidos», para não assustar nem antagonizar as comunidades minoritárias.

Nelson Mandela deu a entender que Pik Botha, o ministro dos Negócios Estrangeiros que está há mais tempo no desempenho deste cargo em todo o mundo, poderá manter-se nele, ao mesmo tempo que indicava os membros do Partido Nacional que seriam bem recebidos num executivo por si chefiado.

Segundo afirmou, pessoas como o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, o ministro da Justiça e Defesa, Kobie Coetsee, e o ministro do Trabalho, Leon Wessels, são «sul-africanos genuínos que quer em os problemas resolvidos de forma realista». Descreveu Botha como sendo um dos membros «mais esclarecidos» do Partido Nacional.

Dando mostras de uma espantosa mudança de atitude em relação às forças de segurança, Mandela disse que a sua «falta de credibilidade e de legitimidade está agora a cair no esquecimento» e que devem ser vistas como forças representativas «da Nação e da comunidade».

Revelando que conversou com os quadros da Polícia e da Força de Defesa Sul-Africana e que teve discussões sobre estratégia com o comissário da polícia, general Johan van der Merwe, em sua casa, o antigo «terrorista» e presidiário disse: «A Força de Defesa Sul-Africana, a Polícia Sul-Africana, os Serviços de Informação Nacional e o funcionalismo público vão desempenhar um papel muito importante, senão decisivo, nesta transformação, e aquele que os quiser denegrir estará a prestar um mau serviço à África do Sul.»

Perdão aos crimes em defesa do apartheid

Sobre a questão das garantias, Mandela confirmou que será concedido perdão às pessoas que cometeram crimes «em defesa do apartheid» antes de 8 de Outubro de 1990, tal como sucedeu com os activistas anti-apartheid.

Quanto aos crimes cometidos entre Outubro de 1990 e Dezembro de 1993, ficarão ao critério do novo Parlamento. Disse que a «sua opinião pessoal» quanto a esses criminosos é que «devemos considerar a hipótese de lhes conceder perdão».

«Mas os senhores devem saber, claro, que há pessoas que perderam as suas famílias e que sentem raiva; penso que temos de considerar o problema caso a caso, no que respeita a esse tipo de criminosos. Mas a minha atitude é: vamos enterrar o passado. Vamos curar as feridas do passado. E adoptaremos uma solução que contemple cada caso e seja influenciada por esse princípio.»

Confirmou que o ANC ainda pretende criar uma «comissão da verdade» que investigue as violações dos direitos humanos ocorridas durante a luta

anti-apartheid. «A comissão da verdade — e quero esclarecer que podemos mudar-lhe o nome se este criar preocupações às Forças de Segurança — destina-se a recolher provas para tratar os casos das pessoas que desejam uma reparação. O objectivo não é um Tribunal de Nuremberga, mas sim conceder uma reparação numa base individual.»

Ao perguntarem-lhe se isto significava que a comissão recolheria depoimentos e os manteria secretos, Mandela respondeu: «Foi isso que aconteceu quando nós [membros do ANC] fomos perdoados. Não houve revelações sobre que espécie de crime é que este ou aquele tinha praticado. O mesmo deve suceder com aqueles que cometeram crimes em defesa do apartheid.»

«Acho que não devemos denunciar essas pessoas publicamente», acrescentou. As confissões só serão requeridas para identificar o crime que estiver na origem do pedido de reparação. «E a questão acaba aí; terá uma reparação. Não haverá revelações (públicas) sobre que espécie de crime foi cometido.»

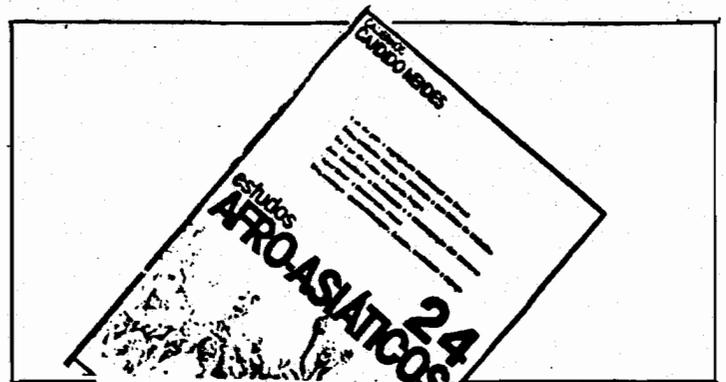
Em resposta à pergunta sobre como tencionava negociar com os extremistas da direita, o líder do ANC disse: «Nunca devemos esquecer que o Partido Nacional do Sr. De Klerk assumiu anteriormente as mesmas posições que a extrema-direita hoje.» A «arma mais importante» a utilizar com a extrema-direita é «o diálogo, a persuasão, a crítica — não a coacção», que se revelou tão eficaz contra os nacionalistas.

Mandela revelou que tivera conversações com a reservada Broederbond, com os líderes conservadores das principais organizações agrícolas, com o «guru» da direita, Carel Boshoff; quatro reuniões com o líder da Frente de Liberdade, o general Constand Viljoen; três reuniões com o líder do Partido Conservador, Ferdi Hartzenberg, e que vira por duas vezes «todos os dirigentes da Igreja Reformada Holandesa».

Fez tudo isto porque, segundo disse, «eu queria que este processo fosse abrangente».

«E fiz bem!»

D.B.



A grande oportunidade da África do Sul

EXPRESSO, 30.4.94

EURICO FIGUEIREDO

AFRICA sofre de todos os flagelos: fome, sida e guerra. Mal partida. Com escassas élites. Desrespeitada nas suas raízes culturais e no seu ritmo de crescimento. Aberta, há cinco séculos, a todos os tipos de predação. Só por milagre podia ter tido um destino diferente.

Os processos de descolonização, inicialmente, beneficiaram com a guerra-fria. O mundo comunista, interessado em enfraquecer as democracias ocidentais, e aliados

«A vitória de Mandela garante a liderança de um político de dimensão gigantesca e que parece ter compreendido o que levou África à actual dramática situação»

de ocasião como Portugal, atacou-as no seu ponto mais vulnerável: o colonialismo. Mas onde deviam ter nascido élites, proporcionando o desenvolvimento de uma mentalidade técnico-científica e capazes de introduzir formas de competição democrática nos sistemas tradicionais africanos, surgiu uma classe burocrática estatal exploradora. Criando novas miragens e novos impasses. Nos últimos anos e em todo o lado desacreditada. Agora, tantas vezes substituída por regimes regressando ao nível do mais execrável racismo, ao tribalismo mais mesquinho. Com o risco acrescido de, nos países de influência islâmica, sossobremem no fundamentalismo. Forma de totalitarismo religioso absolutamente incompatível com o aparecimento de élites críticas e de uma cultura científica. Condições indispensáveis ao desenvolvimento.

É neste contexto que surge a grande oportunidade da África do Sul. Apesar da por-

ta ser estreita, brancos e negros beneficiam de recuo em relação ao passado de pesadelo.

A República Sul-Africana possui uma poderosa infraestrutura produtiva. Élites científicas e técnicas ao nível dos países mais avançados do mundo. Infelizmente, quase exclusivamente nas mãos dos brancos, até agora protegidos por um sistema de segregação racial que conservou na miséria e na ignorância a esmagadora maioria das massas negras.

A vitória do partido de Nelson Mandela está praticamente assegurada. O que garante a liderança de um político de dimensão gigantesca. Ou parece ter compreendido todos os engodos que até agora conduziram África à actual dramática situação. E que está convictamente decidido a manter o desenvolvimento da África do Sul. Aceitando os privilégios históricos da minoria branca na área da propriedade e da economia. O que é condição indispensável para que este país possa continuar a crescer. Garantindo, assim, a criação de riqueza de que os negros também poderão vir progressivamente a usufruir: a começar na educação e na área dos direitos sociais.

Desta oportunidade única também Portugal beneficiará. Através dos seus emigrantes. Criando condições para o fim da guerra e sucesso nos processos de transição de Angola e Moçambique para formas de governação democráticas. Possibilitando, a médio prazo, formas de colaboração e (porque não?) de integração económica e política dos países da África Austral.

Tentados a colaborar com os países da América Latina... O Atlântico Sul representa a segunda prioridade da nossa política externa. Devendo a nossa diplomacia estar activamente comprometida na viabilização desta perspectiva. Porque é aí que, dentro de décadas, cerca de 200 milhões de pessoas falarão português.

África, mortos cadáveres e armas

EXPRESSO, 30.4.94

JOSÉ PACHECO PEREIRA

DE que é que nos lembramos quando pensamos em África? Há uns anos, eram as grandes paisagens naturais, as «neves do Killimanjaro», as caçadas, os «nativos», os elefantes, as exposições coloniais, os produtos exóticos, os múltiplos trabalhos do «fardo do homem branco». Era uma África de bilhete-postal, mas, mal ou bem, era uma África que existia.

Depois, há um período de percepção mais confusa, nos primeiros anos das independências, em que as ideias do homem branco, na forma dos vários «ismos», pareciam poder trazer a África para o «concerto das nações». Era uma África entre a Carta da ONU e o Tratado de Economia Marxista, mas, mal ou bem, ainda havia esperanças e oportunidades.

E hoje? A «trademark» africana hoje são os mortos, os cadáveres. Em fila, alinhados, desordenados, à porta de casa, dentro de casa, no meio da rua, ao lado da estrada — muitos —, a bolar nos rios. De todos os géneros e fétios, idades e sexo, limpos e sujos, com muito ou pouco sangue, perturbados ou serenos, com a estranha serenidade que às vezes a morte dá.

Os últimos 30 anos são a história de uma longa morte: Katanga, Biafra, Nigéria, Libéria, Angola, Moçambique, Zaire, Sudão, Ruanda, Burundi, Uganda, etc, etc, etc. Não são nomes de nações. São nomes de guerras, etiquetas para as respectivas filas de cadáveres.

No meio disto tudo, há pelo menos uma coisa que não falta em África: armas. E, mesmo no meio da maior miséria, lá estão elas. E não se pense que são de graça: por muito desvalorizadas que estejam pelo excesso de oferta, uma granada de morteiro ou um RPG ainda custam uns contos de réis. E quem é que deu dinheiro aos ruandeses para subitamente saírem da

selva com Kalashnikov, RPG, morteiros, canhões sem recuo? A barbárie humana, coisa bem representada em África, a África a que hoje voltamos as costas cada vez mais, como se não valesse a pena fazer nada.

Algumas destas armas foram parar ao sítio amável conhecido como A.K. Alley, República da África do Sul. Porque é que este lugar tem a honra de ter o nome da Kalashnikov é fácil de perceber. Aqui o PAC — o AWB dos negros —, o ANC e o Inkatha entretêm-se a manter a fama que deu nome ao lugar, disparando as suas A.K. uns contra os outros. Aqui também deve ter havido esta semana eleições, mais ou menos tumultuosas, entre os militantes e suas respectivas A.K. e os felicitadores que à porta das urnas viam com «raios X» em quem ti-

«Aconteça o que acontecer a seguir, o facto de o 'apartheid' ter acabado com um processo de transição pactuado e com eleições é um feito glorioso em África»

nham votado os vizinhos para os identificar para a devida punição aos rapazes das A.K.

Com estas eleições acaba na África do Sul o reino de um «ismo» europeu: o «apartheid», utopia racista parente mais próximo do que se pensa dos outros «ismos» que destruíram Angola e Moçambique. Aconteça o que acontecer a seguir, o facto de o «apartheid» ter acabado com um processo de transição pactuado e com eleições é um feito glorioso em África, mérito da dupla De Klerk/Mandela. Mas se não tiram as A.K. das «boas mãos» que as possuem, voltará tudo ao mesmo. E a África do Sul contribuirá com uma quota gigantesca para a pilha de cadáveres africanos.

Habituais.

A contagem do 'milagre'

EXPRESSO, 28 4.93

**MIGUEL CALADO LOPES
enviado à África do Sul**

COM as eleições declaradas «livres e justas» pelo juiz Johann Kriegler, após consultas, ontem à tarde, com o Presidente cessante, F.W. De Klerk, e o próximo presidente, Nelson Mandela, o país começou hoje às sete da manhã (mesma hora de Lisboa) a contar os votos que apadrinham o nascimento de uma nação democrática.

Foi um nascimento resultante de uma concepção politicamente milagrosa, de uma gestação violentamente traumática e de um parto surpreendentemente indolor apesar das complicações de última hora que obrigaram ao prolongamento do escrutínio por 24 horas. Os primeiros resultados provisórios devem ser anunciados ao meio-dia de hoje.

A criança chama-se Nação, tem todas as cores da África do Sul, nasceu com os olhos abertos dos milhões de pais e mães que participaram no evento, está de boa saúde democrática, chora pelos mimos que lhe chegam da família e de todos os amigos do mundo e sofre as primeiras desilusões ao tomar conhecimento de que o pai Mandela resolveu aumentar os impostos.

**Mandela promete
«serrar feridas»**

Muitos daqueles — entre a direita mais radical — que tinham tentado provocar um aborto acabaram por se render à evidência de que uma nova vida deve ser sempre partilhada, votando e mostrando até que ponto um país em transição revela insuspeitadas capacidades de adaptação.

As dezenas de milhares de médicos e de enfermeiros, de observadores partidários e internacionais, entre os quais uma delegação de deputados portugueses, polícias e soldados, presentes nesta gigantesca sala de operações, começaram a abandonar os seus postos ontem às 19 horas.

«Chegámos ao fim de um caminho tremendamente longo. As eleições correram espantosamente bem em todo o país», disse ontem em conferência de imprensa o juiz Kriegler, a suprema autoridade eleitoral do país.

E a prova disso é o facto de o ministro dos Negócios Estrangeiros, «Pik» Botha, no cargo desde 1977 e que durante toda a sua vida política serviu e defendeu o «apartheid» que criou a cidade negra de Soweto, terido votar a um dos seus bairros como se fosse o acto mais

normal deste mundo. «Pik» Botha e outros ministros cessantes poderão ser reconduzidos no novo Executivo, deixou entender o futuro presidente.

Mandela, numa entrevista concedida ao correspondente do EXPRESSO em Joanesburgo, David Beresford, afirma que os brancos são vitais para o futuro do país. «É por isso que lhes temos dito: a África do Sul é o vosso país».

Nesse sentido, o líder do ANC defende as forças de segurança, que devem ser vistas como representativas «da nação e da comunidade», garante o perdão aos que cometeram crimes «na defesa do 'apartheid'», e afirma que «o diálogo, a persuasão e a crítica — não a coacção» são a «arma mais importante» para negociar com a extrema-direita

Ancão Meetings para cooperação euro-afro-americana

A projecção atlântica da Europa

PÚBLICO, 30 4.94

A AMBIÇÃO não é pequena: lançar uma espécie de grupo de Bildeberg, igualmente à escala internacional, destinado a reflectir e a contribuir para a criação de um espaço de diálogo entre a Europa, as Américas e África, «essencial para promover o aprofundamento das relações políticas e económicas no Atlântico».

Porque a ideia nasceu na praia do Ancão, porque o Algarve é historicamente o ponto de ligação de Portugal com o Atlântico Sul, os patrocinadores desta iniciativa crismaram-na de «Ancão Meetings». São eles o Grupo Atlântica, o Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica (CEEUC), o Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI) e o comissário português João de Deus Pinheiro — presente na conferência de imprensa dada ontem para anunciar os encontros, cuja primeira edição está prevista para Abril de 1995 e integrará 100 personalidades internacionais.

Deus Pinheiro pôde mesmo anunciar algumas presenças praticamente garantidas e que, a confirmarem-se, prometem algum sucesso: James Baker, Hans-Dietrich Genscher e Jacques Delors. Tal como Bildeberg, pretende-se constituir um grupo de

reflexão do mais alto nível internacional e que «vem preencher um vazio» ao procurar debater a integração dos dois lados do Atlântico, a norte e a sul, quando a União Europeia pende cada vez mais para o Norte e para o Leste e o mundo cada vez mais para o Pacífico.

Ernâni Lopes e Álvaro de Vasconcelos, respectivamente directores do CEEUC e do IEEI, explicaram os pontos essenciais do programa que será preparado para o primeiro encontro a nível económico e geoestratégico.

O ex-ministro das Finanças chamou a atenção para três questões fundamentais: as dinâmicas e modelos de crescimento no espaço atlântico face à mutação tecnológica dos anos 90; a cooperação económica e o estabelecimento de novos modelos de relacionamento no espaço atlântico; multilateralismo, regionalismo e abertura de mercados — o debate pós-GATT.

Em termos práticos, trata-se de analisar a (aparente) translação do centro da economia mundial do Atlântico para o Pacífico, consequência, entre outros factores, da incapacidade europeia de dominar a mutação tecnológica dos anos 90 e do consequente risco de declínio rápido da economia da Euro-

pa. Pretende-se ainda partir de uma visão crítica do que foi a cooperação Norte-Sul, morta com o fim da guerra fria, para novas formas de cooperação que, no mundo de amanhã, já não assentará no multilateralismo, mas, sim, no regionalismo e na relação entre blocos regionais (NAFTA, União Europeia, Mercosul).

Do ponto de vista das relações geoestratégicas e geopolíticas, Álvaro Vasconcelos apontou como objectivo dos encontros a definição do que

é e do que significa o espaço atlântico. Não só um espaço de cultura e de civilização de raiz europeia, mas também espaço de democracia, desde a democratização da península Ibérica, nos anos 70, aos processos de difícil transformação democrática de África, passando pela revolução silenciosa latino-americana dos anos 80.

A importância destes debates do ponto de vista da União Europeia foi salientada pelos vários responsáveis dos Ancão Meetings — não só na perspectiva do reequilíbrio europeu, como, naturalmente, na da construção de uma Europa política capaz de se abrir ao exterior, em contraposição a uma Europa económica transformada em fortaleza. ■ T. de S.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Glórcia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 - WE ASK FOR EXCHANGE.